



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Ética.

## A PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DA ÉTICA: RESISTÊNCIA E DEFESA DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adrianyce Angélica Silva de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho trata dos avanços profissionais expressos no projeto ético-político no que se refere a perspectiva ontológica da ética que sustenta os valores profissionais. Problematicamos como a atual conjuntura brasileira impacta na formação e na intervenção profissional incidindo na fragilização da concepção ontológica de ética incorporada pela profissão e, que marca uma das dimensões da sua ruptura com o conservadorismo profissional.

**Palavras-chave:** ética, projeto ético-político, conservadorismo, Serviço Social.

**Abstrac:** The present work deals with the professional advances expressed in the ethical-political project regarding the ontological perspective of ethics that sustains professional values. We problematize how the current Brazilian situation impacts on the formation and professional intervention, focusing on the embryo of the ontological conception of ethics embodied in the profession and which marks one of the dimensions of its rupture with professional conservatism.

**Keywords:** ethics, ethical-political project, conservatism, Social Service.

### 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social desde a sua institucionalização foi marcado por um *ethos tradicional* que teve na intervenção da Igreja Católica, a marca da composição valorativa e teórico-metodológica que se sustentou no neotomismo. Essa referencialidade marca a imagem profissional até meados dos anos de 1970. Somente no processo de ruptura com o tradicionalismo profissional, a profissão abre a via para o questionamento dessa referencialidade, consolidando um projeto profissional balizado pela recorrência ao pensamento marxiano e marxista e que vai se expressar do ponto de vista dos valores e da autoimagem profissional.

Ao longo das últimas décadas no Brasil, e particularmente a conjuntura que se abre nos marcos dos anos de 2016, explicitam a necessidade de reflexões e problematizações para o fortalecimento do projeto ético-político, e, nesse sentido torna-se central o debate e a disputa em torno do campo dos valores. Essa necessidade, porém, movimenta-se num campo extremamente complexo dado a barbarização cotidiana da vida social e que tem nos desvalores, nos moralismos e nos preconceitos um importante meio de consolidação de uma forma de pensar acerca da sociedade e das relações sociais. Por isso é nesse campo de movimentação dos valores e desvalores que temos que refletir acerca da prática

---

<sup>1</sup> Professora com Formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <adrianyce@gmail.com>.

profissional, considerando as mudanças no âmbito da formação e do exercício que incidem ou podem incidir na fragilização da concepção ontológica de ética incorporada pela profissão e, que marca uma das dimensões da sua ruptura com o conservadorismo profissional.

## 2. Desenvolvimento

Pode parecer lugar comum discutir acerca da concepção de ética que o Serviço Social se apropria na virada dos anos 80 e início dos anos 90. Partimos do entendimento de que o debate incorporado pelo Serviço Social da dimensão ontológica para a compreensão da ética e da moral, que ainda é um nó para os profissionais. A dificuldade reside em primeiro plano pelo debate teórico-conceitual que dá chão ao debate da ética, mas não só. A própria realidade social que vincula a experiência concreta dos profissionais com os valores e, o momento atual de crise do capitalismo também são fortes dificuldades. Isso pode ser identificado numa crescente relativização do campo dos valores, na percepção de que não é possível termos valores universais que possam responder por toda a sociabilidade, na valorização das supostas “morais pessoais” na apologética subjetivação de todas as dimensões, sendo expressivo em falas como “eu tenho a minha moral” e “posso compatibilizar a minha moral, meus valores, com os princípios e valores do projeto profissional”.

No nosso entendimento, o recurso à dimensão ontológica que se dá pela apropriação do pensamento de Marx, foi fundamental para a compreensão da esfera valorativa na profissão. Isso porque esta perspectiva teórico-metodológica efetiva um movimento incessante de busca da essência dos fenômenos sociais.

A concepção ética, hoje apropriada pelo Serviço Social, é legatária de um largo percurso histórico balizado na tentativa racional de homens e mulheres em compreender a realidade e sua dinâmica, e que se inicia na Grécia Antiga e no papel de filósofos como Platão e Aristóteles. É somente na constituição da moderna sociedade burguesa que, se gestam as condições para que a capacidade humana de conhecer alcance o patamar de uma razão que buscava compreender os fenômenos para além de sua aparência imediata movimentando o conhecimento para a busca da sua essência.

Coutinho (1972) salienta que o mérito essencial para essa virada à essa perspectiva ontológica deve-se a Hegel. Foi esse filósofo alemão quem destrinchou os três núcleos, sem os quais não podemos compreender as bases em que se assenta a ontologia do ser social, quais sejam: Humanismo concreto, como a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o Historicismo, como a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do

melhoramento da humanidade; a Razão dialética, que se movimenta por meio de uma racionalidade objetiva que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários, e no entendimento de que os homens e mulheres capazes de apreender essa realidade objetiva.

Essa compreensão incorporada posteriormente por Marx leva-o, a avançar superando todas as formas idealistas, ou seja, o real é a própria contradição em movimento, é a expressão de ligações recíprocas, mas não subordinado à ideia como se essa fosse responsável pela sua possibilidade e sentido.

A perspectiva ontológica do ser social é a compreensão concreta e socialmente enraizada da constituição do próprio ser, o ser social, e da sua constituição enquanto gênero humano, a parte da determinação primária, o ato do trabalho.

A partir dessa perspectiva, parte-se da compreensão que a sociedade sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens e sem a reprodução biológica não há história humana. Contudo, há uma diferenciação entre o ser inorgânico que incessante tornar-se outro mineral, o ser orgânico que se repõem a si mesmo e o ser social que se constitui como qualitativamente novo.

Nesses termos, as relações dos homens entre si se constituem em relações sociais que são diferentes das relações naturais. A diferença se dá justamente no salto que o animal biológico, homo sapiens, dá em relação a sua contingência biológica. E, é o ato do trabalho que nos possibilita historicamente a essa autoconstrução humana. O trabalho é o fundamento ontológico da reprodução social, pois, a relação do homem com a natureza vai se tornando cada vez mais complexa. Nesse processo de complexificação o homem desenvolve formas de organizações sociais. Ou seja, do trabalho, relação homem-natureza, emanam relações sociais, homem-homem. Aqui nesses campos entram os campos dos valores, das normas sociais, a linguagem e as ideologias.

O ser social, ou seja, essa construção social de homens e mulheres que é diferente da natureza, explicita as suas mediações essenciais por meio da sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade. Ou seja, o processo de consciência e autoconsciência posto em movimento pelo trabalho também é um processo de consciência da liberdade. O homem é um ser que escolhe entre alternativas por ele mesmo criadas, as escolhas são escolhas entre alternativas concretas. Por isso que no processo de autoconstrução encontramos a liberdade como o núcleo gerador das objetivações éticas.

Dito de outra forma, as escolhas e os valores são inerentes as atividades humanas. Sua criação é objetiva e também gerada a partir do trabalho. A medida do valor é dada, por sua vez na qualidade e enriquecimento que, em qualquer das esferas e em relação com a situação, a cada momento contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais do processo de humanização (HELLER, 1989, p. 4-5).

Na particularidade do movimento burguês, essa movimentação se modifica. O processo de alienação do trabalho se exponencia porque o trabalhador é alienado da totalidade do processo de trabalho. Ou seja, da propriedade dos meios de produção, do controle sobre o processo de trabalho e de seu produto final. O trabalhador passa a só deter a sua força de trabalho, e como pagamento pelo seu trabalho ele não tem acesso ao que excede de sua produção que é apropriado pelo capitalista.

A produção passa a ser a produção de objetos estranhos que aparecem aos homens como um poder que os domina e nesse movimento os valores passam a se descolar da atividade humana, reproduzindo sentimentos comportamentos e representações que referenciam a mercadoria e que são marcadamente individualistas negadoras da liberdade plena.

Com base nesses elementos localizamos a moral ou moralidade como parte fundamental da vida cotidiana, a reprodução das pactuações sociais depende do espontaneísmo e da repetição para que elas se tornem hábitos e se transformem em costumes que respondem a necessidade de integração social. A partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos reproduzem-no espontaneamente, daí que nesse processo as escolhas nem sempre significam um exercício de liberdade. Dito de outra forma, a escolha como expressão de liberdade pressupõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico.

No caso da moral que se dissemina nos marcos da sociedade burguesa, ela tem contribuído para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias e estranhas. Ou seja, a moral é perpassada por interesses de classe e por necessidades de reprodução das relações sociais fundadas num determinado modo de produzir material e espiritualmente. Reproduz-se assim, uma forma de alienação moral que implica a negação da moral como forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres.

Dessa forma, nessa sociedade burguesa, considerando essas determinações anteriormente sumariadas a sociabilidade torna-se eivada por preconceitos. Segundo Heller (1989) os preconceitos são juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão. Dessa forma, o preconceito tem sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Para Heller, o preconceito é sempre moralmente negativo pois todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato da escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa ao indivíduo (Heller, 1989, p. 59). Ao mesmo tempo, a crença nos preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores (HELLER, 1989,

p. 48). Logo, o preconceito é uma forma de reprodução do conformismo que impede os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos.

É dessa forma que, a ética como dimensão também socialmente determinada, é ao mesmo tempo capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas.

A ética se coloca, então, como uma práxis supondo, portanto, uma prática concreta e uma reflexão ética crítica.

A reflexão ética possibilita a crítica à moral dominante pelo desvelamento de seus significados sócio-históricos, permite a desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade. Nesse espaço, a moral também pode ser reavaliada em função do seu caráter legal, quando se indaga sobre a validade das normas e deveres, em sua relação com a liberdade, fundamento ético essencial (BARROCO, 2010, p.126).

A capacidade ética, portanto, é a capacidade de nos elevarmos ao humano-genérico tendo atitudes a partir de tal elevação. Isto é o que nos coloca em possibilidade de realizarmos atitudes éticas nos manifestando enquanto sujeitos éticos que somos. (CARDOSO, 2006).

Nesse sentido, o caminho que esta compreensão ética coloca para os sujeitos sociais é a necessidade da tomada de posição. Entendendo ser esta a compreensão que é incorporada pelo Serviço Social e que passa a orientar o Código de Ética profissional articulando-se em seus princípios fundamentais que são balizas do projeto ético-político profissional e que, justamente por isso, encontra-se tensionado pela sociabilidade atual.

### **3. Considerações Finais**

Vivemos um aprofundamento brutal de determinações constitutivas da sociedade brasileira onde entrelaçam-se os já conhecidos elementos históricos de desigualdade social, a fragilização da democracia e dos processos democráticos pelos acordos da burguesia conduzidos pelo alto, e um forte aprofundamento dos ajustes com submissão aos interesses do capital internacional, leia-se Estados Unidos. Está em curso uma destruição dos direitos sociais e das políticas sociais, sendo os alvos claros a saúde e educação e a previdência.

Os efeitos desses ajustes tornam-se mais complexos e, ao mesmo tempo, seduzem parte da sociedade brasileira, e o núcleo central dessa sedução é com certeza o ódio de classe incorporado e disseminado por meio do moralismo, da violência, do racismo, xenofobia e misoginia. Entendemos que, quanto menos o governo avance na sua pauta econômica, maiores serão as ofensivas no campo da moralidade e dos valores.

Esse reacionarismo que põe em xeque direitos sociais e humanos no contexto de crise é completamente funcional aos interesses da ordem burguesa, pois busca naturalizar os

papéis sociais assumidos por homens e mulheres, com o sentido de disciplinar corpos produtivos na afirmação do patriarcado, da família tradicional e da propriedade. Está se demonstrando que não haverá menor pudor em retroceder mesmo naquilo que a democracia formal da sociedade burguesa conquistou.

Essa quadra histórica coloca a nossa categoria uma pergunta fundamental: o que faremos nós assistentes sociais nessa conjuntura, considerando o nosso projeto de profissão que atravessa formação e exercício? Que valores serão referenciados na nossa intervenção profissional?

Considerando que a ética profissional é uma particularidade assumida pela reflexão ética e que se refere ao comportamento profissional, que pensa a relação do *eu*, sujeito profissional com o *coletivo*, categoria profissional, estabelecendo parâmetros para a relação do profissional com a sociedade. Ao refletir acerca de que elementos se expressam nesse coletivo que passa a referenciar determinados elementos da moralidade posta na sociedade pensamos ao mesmo tempo no profissional e sua possibilidade de retorno à prática, pois ilumina a ação profissional e o posicionamento da profissão diante da realidade social.

Nesses termos, diferentemente da nossa história profissional que foi marcada pelo tradicionalismo, conservadorismo. No marco dos anos 90 a profissão de Serviço Social efetiva um duplo avanço. De um lado, superar a ilusão da neutralidade e de outro, demarcar o universo valorativo que melhor representaria esta tomada de posição. Ou seja, historicamente ao consolidarmos posicionamentos ético-políticos e efetivarmos a nossa opção teórico-metodológica em consonância com um projeto societário, passamos a legitimar valores que possuem uma direção social.

Contudo, tanto do ponto de vista da formação como da intervenção profissional a centralidade desses posicionamentos éticos está tensionada pela conjuntura atual.

Do ponto de vista da formação se considerarmos que o debate da educação nos transversaliza é a defesa da educação como um direito social universal, como área na qual buscamos atuar como atividade inerente ao cotidiano de nosso trabalho que, historicamente incorporou os ideários da educação popular. Portanto, a luta pela educação pública, gratuita, presencial, laica e de qualidade também é dos/as Assistentes Sociais e estudantes.

O quadro que vivemos no Brasil hoje se coloca como tensionador de um projeto de formação crítica e precisa ser dito claramente as Diretrizes curriculares de 1996 da ABEPSS que estão na contramão deste projeto hegemônico para a educação, desde a própria concepção de formação/educação propostos, bem como, em seus princípios, diretrizes, metas e estrutura. A tensão a nosso ver é clara, o que se coloca em questão é, pois, como esta conjuntura incidirá objetivamente precarizando ou até mesmo acabando com a realidade de uma formação profissional de qualidade em todo o país e também como seu

peso ideológico, incidirá/está incidindo na formação/informação das consciências do corpo discente e docente.

Dito de outra forma, quando pensamos numa formação a luz das Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, somos levadas a questionar o que significa formar assistentes sociais, num contexto de grande investimento, pelas classes dominantes e Estado, na socialização de um universo ideológico e cultural, particularizado na defesa dos interesses do capital e na ruptura com valores civilizatórios. O que está em jogo no plano mais imediato é o massivo esvaziamento das capacidades críticas e da problematização em torno da intervenção profissional, que seja ela mesma capaz de buscar uma coerência com este universo formativo/informativo. No dizer de Iamamoto,

Formamos não para atender ao mercado, mas *para a sociedade*, o que deve envolver o profissional na construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas políticas e culturais da vida dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 1998, p.185).

No reverso dessa perspectiva no dizer de Iamamoto, a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *“estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às ‘normas do mercado’, redundando em um processo de despolitização da categoria, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária”* (2009, p. 42, grifo da autora).

Nesses termos, a fragilidade, a fragmentação e as perdas no processo de formação vão incidir diretamente no perfil do profissional que estará no mercado de trabalho, cujas determinações também contribuem para enfraquecer ou problematizar a direção social estratégica da profissão.

Do ponto de vista da intervenção profissional como profissionais inseridos na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social é um assalariado sobre o qual também incidem as determinações das relações de trabalho, o qual encontra em galopante processo de precarização. Na tentativa de desenvolver mecanismos de superação da crise, acirraram-se as contradições do sistema, gerando o desemprego de longa duração, o trabalho precário e a pobreza ampliada.

Esse processo de precarização das políticas sociais e a perda de direitos, coloca para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores do Serviço Social um contexto novo de inserção profissional. De um lado, o Assistente Social se vê compelido a dar respostas a uma demanda cada vez maior, em quantidade e intensidade, das mazelas sociais agudizadas pela ausência de uma cobertura qualificada. Assim, o profissional torna-se um “administrador” tendo que trabalhar em condições precarizadas dada à falta de recursos e a

falta de estrutura. Afinal é impossível a realização da Universalidade sem um efetivo empenho do Estado na alocação dos recursos.

De outro lado, as ações profissionais têm incidido em espaços como o Terceiro Setor, a Filantropia Empresarial e os Programas Assistenciais, porque na medida em que se realiza um corte de investimentos para as políticas sociais, e um incentivo para a iniciativa privada, são esses novos “agentes” e esses renovados segmentos de proteção social que se destacam. Esse processo de privatização e mercantilização de alguns serviços sociais, como acontece com os planos privados de saúde e o sistema de previdência complementar, consolidam o que Mota (1995) chamou de o cidadão-consumidor<sup>2</sup>, pois se cria uma rede de serviços que são destinados àqueles que podem pagar.

Entretanto, a inserção profissional nesses espaços não tem sido acompanhada da sua devida problematização por parte dos assistentes sociais. Sobretudo, porque a condição de trabalhador impõe, muitas vezes, um discurso de legitimação da ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais. Restaura-se assim, o já velho, porém sempre atualizado pensamento liberal de que as profissões devem atender exclusivamente as demandas do mercado, estando ao sabor dos modismos, das necessidades e dos interesses desse “mercado”. Qualquer crítica, ou restrição feita a este entendimento é tomado como fechamento das profissões as transformações contemporâneas.

No caso específico dos Assistentes Sociais que são ,majoritariamente contratados pelo Estado, deve-se compreender a precarização em um sentido mais amplo, tanto com relação às condições de acesso e inserção no mercado de trabalho protegido, quanto às condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito.

Nesse sentido algumas reflexões se colocam, em que medida o fortalecimento do conservadorismo na sociedade poderá incidir na formação e no exercício profissional como reprodução do peso da função ideológica da moral? Se, enquanto categoria, não formos capazes de apreender como esta conjuntura incide no cotidiano profissional, como poderemos criar espaços de suspensão para repensar a nossa prática coletivamente de modo a não reatualizaremos o tratamento moral das expressões da “questão social”? O cercaneamento ao imediatismo, ao pragmatismo e a adoção acrítica de formulários e formas de “seletividade” não estarão reatualizando sob nova roupagem àquelas que eram as características que nos legitimavam dentro do espectro de profissões potencialmente adequadas para fazer o tratamento dos nossos “clientes”?

---

<sup>2</sup> De acordo com Mota (1995) o acesso aos direitos e serviços sociais passa, nesse contexto, pela mediação do mercado e da filantropia dos mais diversos segmentos da sociedade civil, descaracterizando o caráter fundamentalmente público da seguridade social brasileira. Dessa forma, os usuários são agora cidadão-consumidor dos serviços sociais.



Barroco (2012) apresenta uma pista quando relaciona o renascimento do conservadorismo com as novas condições de trabalho e afirma que,

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas (BARROCO, 2012, p. 212-213).

Portanto, compreender o Serviço Social hoje é compreender como esses elementos estão atravessando a profissão. Faz-se necessário questionar, até que ponto os profissionais têm problematizado, discutido e mediatizado os princípios do Código de Ética que assinalam valores sociocêntricos contrapostos ao pragmatismo e imediatismo do cotidiano profissional? Outro aspecto que se pode indagar é o de que, se o pragmatismo e o imediatismo não são superados por uma análise dialética da realidade, não se estaria correndo o risco de cair no neoconservadorismo, devido às próprias condições de trabalho?

## Referências

ABEPSS. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafile, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, D.A.; SILVA, M.V.; SALES, M.A.; GONELLI, V.M.N. (orgs). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho? A afirmação necessária da centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais**. 2006. 332f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETT, D. A. [et. al.] (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em Questão**. 1. ed. Ampliada, 2012. pp. 33 – 73.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. (1980) **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, V. I 8ª ed., editora Difel.

MOTA, Ana Elizabete. (2008). Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2.ed. rev.ampl. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileiras nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_ (org.). **A Nova Fábrica de consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência e a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 87, ano 26, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social, uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, ano 17, 1996.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, A.E; BRAVO, M.I.S.; UCHOA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.